

## **Aula 08**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

11 de Junho de 2025

# TUTELA PROVISÓRIA

## Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto? .....	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	2
Questões estratégicas.....	20
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	24
Perguntas.....	24
Perguntas com respostas.....	25
Lista de Questões Estratégicas .....	30
Gabarito.....	34

## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
<b>Disposições Gerais</b>		10,00%
<b>Da Tutela de Urgência</b>	Disposições Gerais	20,00%
	Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente	30,00%
	Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente	20,00%
Da Tutela da Evidência		20,00%



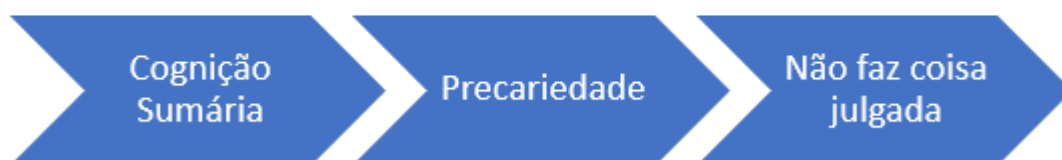
## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE



### DA TUTELA PROVISÓRIA

- O tema está disposto em poucos artigos, mas que representam grandes alterações em relação ao CPC/73 e teve por objetivo diminuir as diferenças que haviam entre a doutrina e a jurisprudência quando se analisa a sistemática da **tutela cautelar** e da **antecipação de tutela**.
- O NCPC cuidou de tentar harmonizar os regimes jurídicos dividindo a **TUTELA PROVISÓRIA** em **TUTELA DE URGÊNCIA** e **TUTELA DE EVIDÊNCIA**.
- O novo CPC adotou a nomenclatura **TUTELA PROVISÓRIA** para se referir à **tutela antecipada**, seja ela pautada na **urgência ou na evidência**.
- Características da **TUTELA PROVISÓRIA**:

## TUTELA PROVISÓRIA

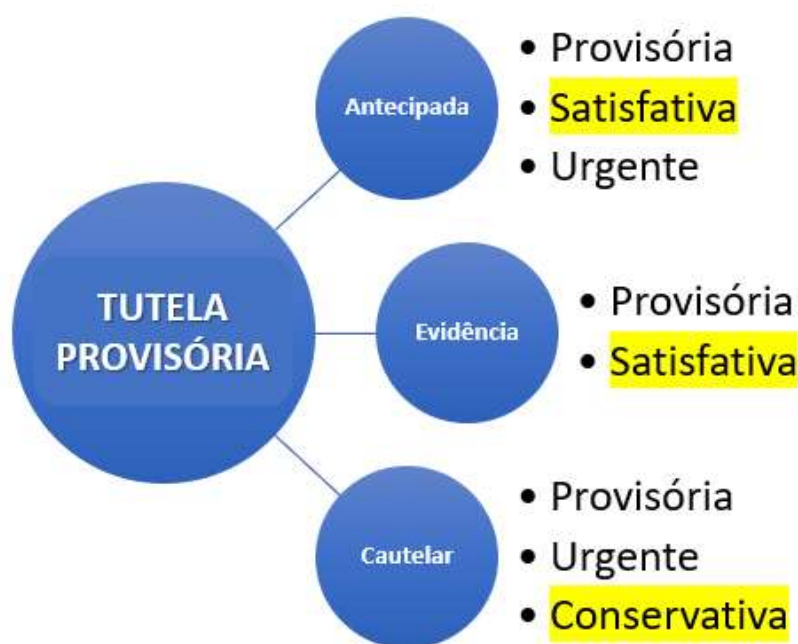


- ✓ **Cognição Sumária** – Trata-se de análise superficial e não exauriente do objeto litigioso



- ✓ **Precariedade** – Poderá ser modificada ou revogada, a qualquer tempo
- ✓ **Não faz coisa julgada** – Não sofrerá os efeitos da coisa julgada

- A **TUTELA PROVISÓRIA** se divide em:



- Nota-se que embora todas tenham como característica a **PROVISORIEDADE**, elas poderão ser **Satisfativas** ou **Conservativas**.
  - ✓ **Satisfativa** – Confere eficácia ao direito afirmado (p.e.: fornecimento de medicamento; liberação de um procedimento cirúrgico)
  - ✓ **Conservativa** – Conserva um bem ou um direito (p.e.: antecipação de provas)
- Com a alteração legislativa, o novo CPC **extinguiu as cautelares em espécie**: arresto, sequestro, busca e apreensão, separação de corpos, entre outras medidas previstas no CPC/73.
- O conceito de **TUTELA PROVISÓRIA** pode ser extraído do **artigo 294, CPC**, ao dispor o mesmo procedimento para ambas as formas (antecedente ou incidental):

**Art. 294.** A **tutela provisória** pode fundamentar-se em **urgência** ou **evidência**.

**Parágrafo único.** A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em **caráter antecedente** ou **incidental**.



## A Tutela Provisória é gênero, são espécies:

- a) Tutela de Urgência
- b) Tutela de Evidência

- Memorize as diferenças e características existentes entre essas duas espécies de tutela provisória:

### TUTELA PROVISÓRIA

Sujeita a modificação após o aprofundamento da cognição



### Tutela de Urgência

Afastar o *periculum in mora*, evitando um prejuízo grave ou irreparável enquanto dura o processo



### Tutela de Evidência

Baseia-se no alto grau de probabilidade do direito invocado, concedendo, desde já, aquilo que será entregue ao final da demanda.







### TUTELA DE URGÊNCIA

- Relaciona-se a uma situação de perigo – *periculum in mora*: dano irreparável ou de difícil reparação
- Caracterizada pela Cognição Sumária – revogável e provisória
- Objetiva neutralizar os males decorrentes da duração do processo, preservando (cautelar) ou satisfazendo (antecipada)
- Divide-se em Tutela Cautelar e Tutela Antecipada
- TUTELA CAUTELAR: Visa proteger determinada situação, evita a ineficácia do processo ou um resultado futuro desfavorável
- TUTELA ANTECIPADA: Para a proteção de determinada situação, concede-se, de forma antecipada a fruição do bem da vida ou de seus efeitos



### TUTELA DE EVIDÊNCIA

- Não depende da demonstração do *periculum in mora*, mas de um direito evidente “aquele cuja prova dos fatos sobre os quais incide revela-os incontestáveis ou ao menos impossível de contestação séria”
- Direito Evidente: alegações que podem ser provadas documentalmente E tese firmada em juízo de recurso repetitivo OU súmula vinculante.
- O réu não tem condições de opor dúvida razoável a prova documental apresentada pelo autor
- Tem a função de redistribuir o ônus do tempo no processo e não diante de um perigo
- Independente da demonstração de dano irreparável ou de difícil reparação
- O ônus do tempo seria um “dano marginal” a ser combatido pela tutela de evidência

- Como visto, a tutela provisória de evidência ou urgência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. Vejamos os dispositivos do CPC:

**Art. 294.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

*Parágrafo único.* A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

**Art. 295.** A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

**Art. 303.** Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo:

I - O autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar;

*II - O réu será citado e intimado para a audiência de conciliação ou de mediação na forma do **art. 334**;*

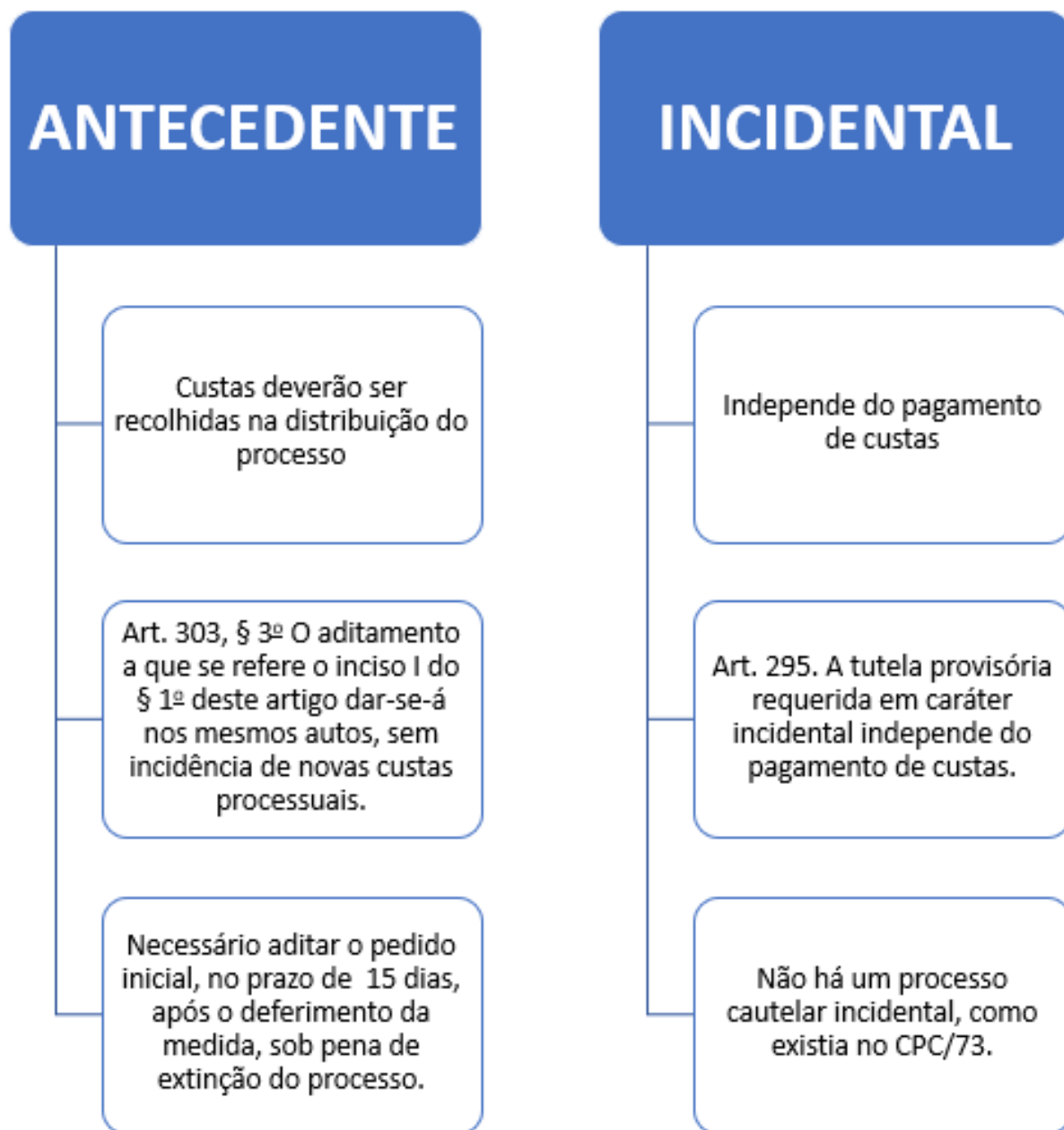
*III - Não havendo auto composição, o prazo para contestação será contado na forma do **art. 335**.*

*§ 2º Não realizado o aditamento a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo, o processo será extinto sem resolução do mérito.*

*§ 3º O aditamento a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo dar-se-á nos mesmos autos, sem incidência de novas custas processuais.*

ESCLARECENDO!





- A **REVOGAÇÃO** ou **MODIFICAÇÃO** da **TUTELA PROVISÓRIA** poderá ocorrer a qualquer tempo, pois como o próprio nome diz, ela é **provisória**, de **cognição não exauriente** e seus efeitos tendem a durar até que a tutela definitiva a substitua. A tutela provisória **não se presta a tornar imutável a situação jurídica perseguida pela parte**. Vejamos alguns apontamentos importantes sobre a possibilidade de revogação e modificação:





- ✓ Poderá ser revogada ou modificada se ocorrer alteração no estado de coisas vigente ao tempo da concessão da medida
- ✓ Se mantida a mesma situação, o juiz NÃO está autorizado a alterar a medida
- ✓ Após o exercício do contraditório pelo réu, o juiz poderá adequar a medida concedida
- ✓ Sempre que alterado o estado das coisas, abre-se a possibilidade de alteração na medida
- ✓ É vedado ao juiz modificar ou revogar a tutela, independentemente de recurso e sem que tenha havido modificação fática/probatória
- ✓ A tutela provisória conservará sua eficácia mesmo durante a suspensão do processo

**Art. 296.** A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a **qualquer tempo**, ser revogada ou modificada.

**Parágrafo único.** **Salvo decisão judicial** em contrário, a tutela provisória **conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo**.

- A **EFETIVAÇÃO** da **TUTELA PROVISÓRIA**, seja de **URGÊNCIA** ou **EVIDÊNCIA**, se dará de acordo com as hipóteses de execução previstas no CPC e **de acordo com a natureza da obrigação** (p.e., obrigação de fazer, obrigação de não fazer, obrigação de entrega de coisa, etc), ou seja, **seguirá**, no que couber, **o cumprimento de sentença e a sistemática do cumprimento provisório**, uma vez que não se trata de **tutela definitiva**.

**Art. 297.** O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.

**Parágrafo único.** A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber.

### PREMISSAS DA EXECUÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA

O título é **provisório** – está sujeito a **reforma a qualquer tempo**

A **forma de execução** da medida **dependerá da natureza da obrigação** que se objetiva efetivar



**Fungibilidade de meios executivos**, a depender da urgência, autorizando-se, excepcionalmente, que sejam utilizados **meios atípicos** para a execução:

**Art. 139.** O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...)

IV - **Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial**, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária

- O **DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO** será exigido na fundamentação para a **concessão**, na **modificação** ou na **revogação da tutela provisória**, seguindo-se a regra de fundamentação das decisões, previstas no **artigo 489, CPC**:

*§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

*I - Se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;*

*II - Empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;*

*III - Invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;*

*IV - Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;*

*V - Se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.*

**Art. 298.** Na decisão que **conceder, negar, modificar** ou **revogar a tutela provisória**, o juiz **motivará seu convencimento** de modo claro e preciso.



- A **COMPETÊNCIA** para a apreciação da tutela provisória está disposta no **artigo 299, CPC**:

**Art. 299.** A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

*Parágrafo único.* Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

**Caráter Incidental**



Juiz da causa perante o qual tramita o processo - preventivo

**Caráter Antecedente**



Juiz competente para conhecer do pedido principal

- No tocante à **RECORRIBILIDADE** da **TUTELA PROVISÓRIA**, sejam elas de **EVIDÊNCIA** ou **URGÊNCIA**, seguirão a mesma sistemática recursal das decisões interlocutórias, ou seja, **atacáveis por agravo de instrumento**:

**Art. 1.015.** Cabe **agravo de instrumento** contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

**I - Tutelas provisórias**



Caso a **tutela provisória** tenha sido **deferida na própria sentença**, caberá **APELAÇÃO** e quanto ao deferimento da medida, o recurso não terá efeito suspensivo. Lembre-se:

- ☐ Julgado procedente o pedido e confirmada a tutela provisória, a medida continuará em vigor durante a tramitação do recurso de apelação.
- ☐ Concedida a tutela provisória na sentença, ela passa a ter eficácia imediata.
- ☐ Julgado improcedente o pedido, a tutela deixa de produzir seus efeitos, tenha isso constado expressamente da sentença ou não.



## DA TUTELA DE URGÊNCIA: TUTELA CAUTELAR E TUTELA ANTECIPADA

- Está prevista nos **artigos 300 a 310 do CPC** e se divide em **tutela cautelar** e **tutela antecipada** e será concedida sempre que houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**.

**Art. 300.** A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, **o juiz pode**, conforme o caso, **exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos** que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência **pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia**.





- Nota-se que a **única diferença** entre as técnicas, cautelar e antecipada, está na **eficácia** ou, seja, no meio utilizado, a **tutela cautelar** se utiliza da **técnica conservativa** e a **tutela antecipada** se utiliza da **técnica satisfativa**.
- A **tutela cautelar** e a **tutela antecipada** poderão ser concedidas em **caráter antecedente ou incidental**:

**Art. 303.** Nos casos em que a **urgência for contemporânea à propositura da ação**, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, **do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo**.

**Art. 304.** A **tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável** se da decisão que a conceder **não for interposto o respectivo recurso**.

- São **REQUISITOS** para a concessão da **tutela de urgência** o **fumus boni iuris** e o **periculum in mora**, ao contrário da **tutela de evidência**, que **não necessita do periculum in mora**.



**Art. 300.** A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**.



- O novo CPC, ao tratar da **CAUÇÃO** a destinou para a tutela de urgência, englobando a tutela cautelar e a tutela antecipada, **podendo** o juiz **exigir caução ou dispensá-la**, conforme **artigo 300, §1º**:

**§ 1º** Para a concessão da tutela de urgência, **o juiz pode**, conforme o caso, **exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la**.

- O objetivo da caução é assegurar o ressarcimento por perdas e danos, em decorrência da execução provisória da tutela de urgência.
- A tutela de urgência pode ser concedida após **JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA** e, assim como ocorre com a caução, a justificação prévia se aplica tanto a tutela cautelar quanto a tutela antecipada. Assim, caso o juiz não esteja convencido do fumus boni iuris e do periculum in mora, poderá permitir que a parte traga mais elementos para formar o seu convencimento, conforme **artigo 300, §2º**:

**§ 2º** A tutela de urgência pode ser **concedida liminarmente** ou após **justificação prévia**.

- O **artigo 300, §3º** veda a concessão da tutela de urgência, de natureza antecipada, quando houver perigo de irreversibilidade da decisão:

**§ 3º** A tutela de urgência de natureza antecipada **não será concedida** quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.





## Importante!

Há situações em que mesmo diante de uma situação irreversível, o juiz poderá conceder a medida, cabendo ao juiz valorar os riscos que conflitam no caso concreto, como, por exemplo, ao autorizar uma transfusão de sangue para um menor, diante da proibição dos responsáveis legais, por questões religiosas.



- Embora o novo CPC não tenha trazido qualquer definição sobre arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem, como ocorria no CPC/73, o **artigo 301, CPC** previu que esses serão meios através dos quais poderá se efetivar a tutela de urgência. Assim, quando necessário, o antigo CPC servirá para auxiliar a compreensão do que são essas medidas.

**Art. 301.** A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de **bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito**.

- No tocante à **RESPONSABILIDADE PELA TUTELA DE URGÊNCIA CASSADA**, caberá ao requerente indenizar o requerido, nos termos do **artigo 302 e 309, CPC**:

**Art. 302.** Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se:

I - A sentença lhe for desfavorável;

II - Obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias;

III - Ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal;

IV - O juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.

**Parágrafo único.** A indenização será liquidada nos autos em que a medida tiver sido concedida, sempre que possível.

**Art. 309.** Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se:

I - O autor não deduzir o pedido principal no prazo legal;

II - Não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;

III - O juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito.



- **A TUTELA ANTECIPADA** pode ser requerida em caráter **ANTECEDENTE**, ou seja, poderá o requerente formular uma petição inicial apenas para requerer a antecipação da tutela, embora deva indicar, desde logo, o pedido de tutela final pretendida, recolhendo-se as custas correspondentes ao valor da causa.



**A PETIÇÃO  
INICIAL DA  
TUTELA  
ANTECIPADA  
EM CARÁTER  
ANTECEDENTE**

A petição inicial precisará indicar que se trata de uma tutela provisória de urgência, de natureza antecipada.

É necessário indicar qual é a pretensão final, para que o juiz possa apurar a correspondência entre a tutela antecipada e o pedido final.

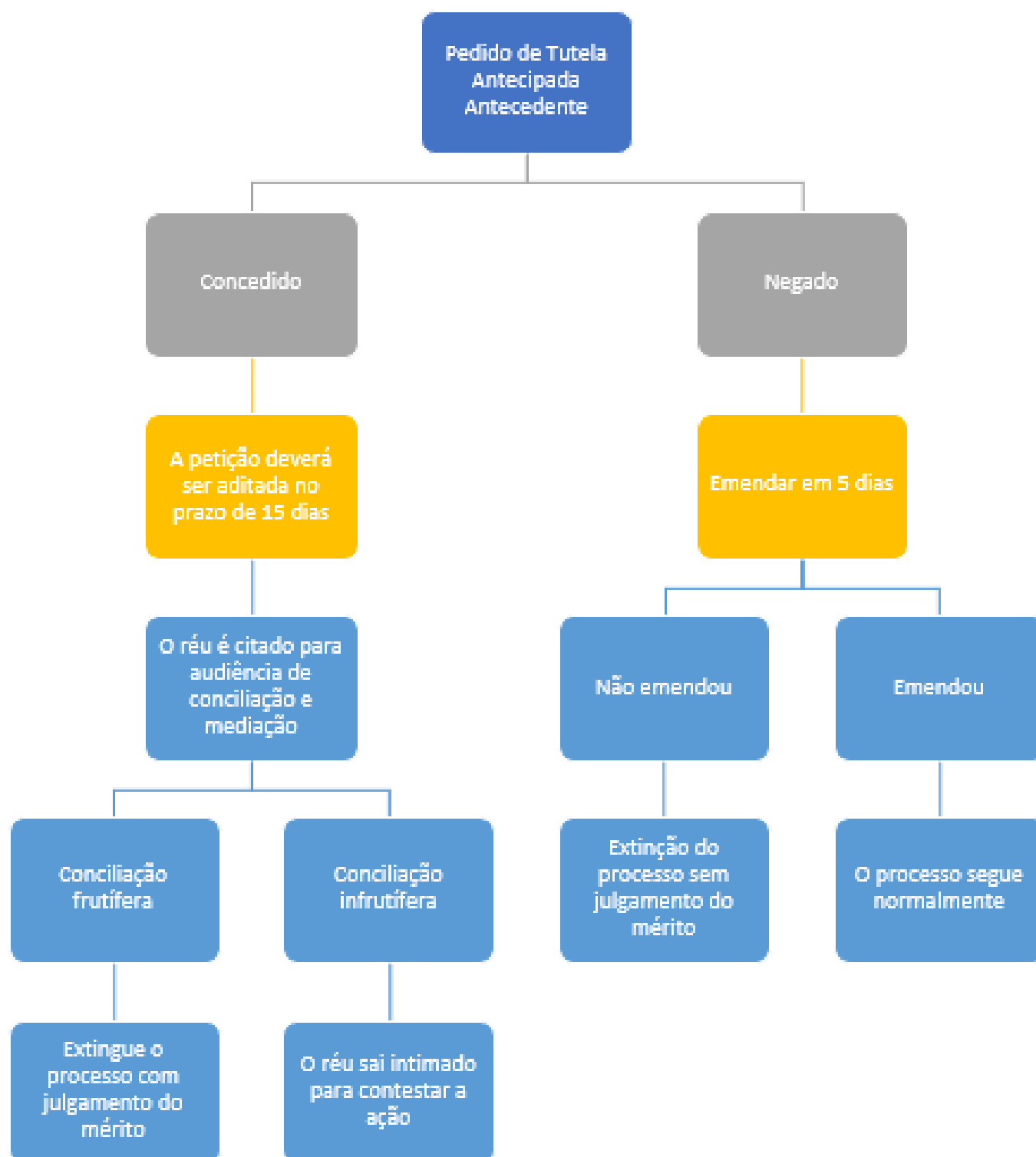
Deverá a parte indicar o conflito existente.

Necessário justificar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*).

Indicar o valor da causa que guarde relação com o pedido final, para que sejam recolhidas as custas.

ESCLARECENDO!





## Novidade!!!

A **ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE** ocorrerá quando as partes, **independentemente da continuidade do processo**, se **conformarem com a decisão**, ou seja, quando **não for atacada mediante o recurso cabível**, ocorrerá a estabilização da decisão:

Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, **torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.**

§ 1º No caso previsto no caput, o processo será extinto.

A **TUTELA ANTECIPADA ESTABILIZADA** também possui o caráter de provisoriedade e poderá ser revisada pelas partes, via ação autônoma e será distribuída ao mesmo juízo que concedeu a tutela antecipada em caráter antecedente.

§ 2º Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de **rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada** nos termos do caput.

§ 3º A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito proferida na ação de que trata o § 2º.

§ 4º Qualquer das partes poderá requerer o desarquivamento dos autos em que foi concedida a medida, para instruir a petição inicial da ação a que se refere o § 2º, **prevento o juízo em que a tutela antecipada foi concedida.**

§ 5º O **direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada**, previsto no § 2º deste artigo, **extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo**, nos termos do § 1º.

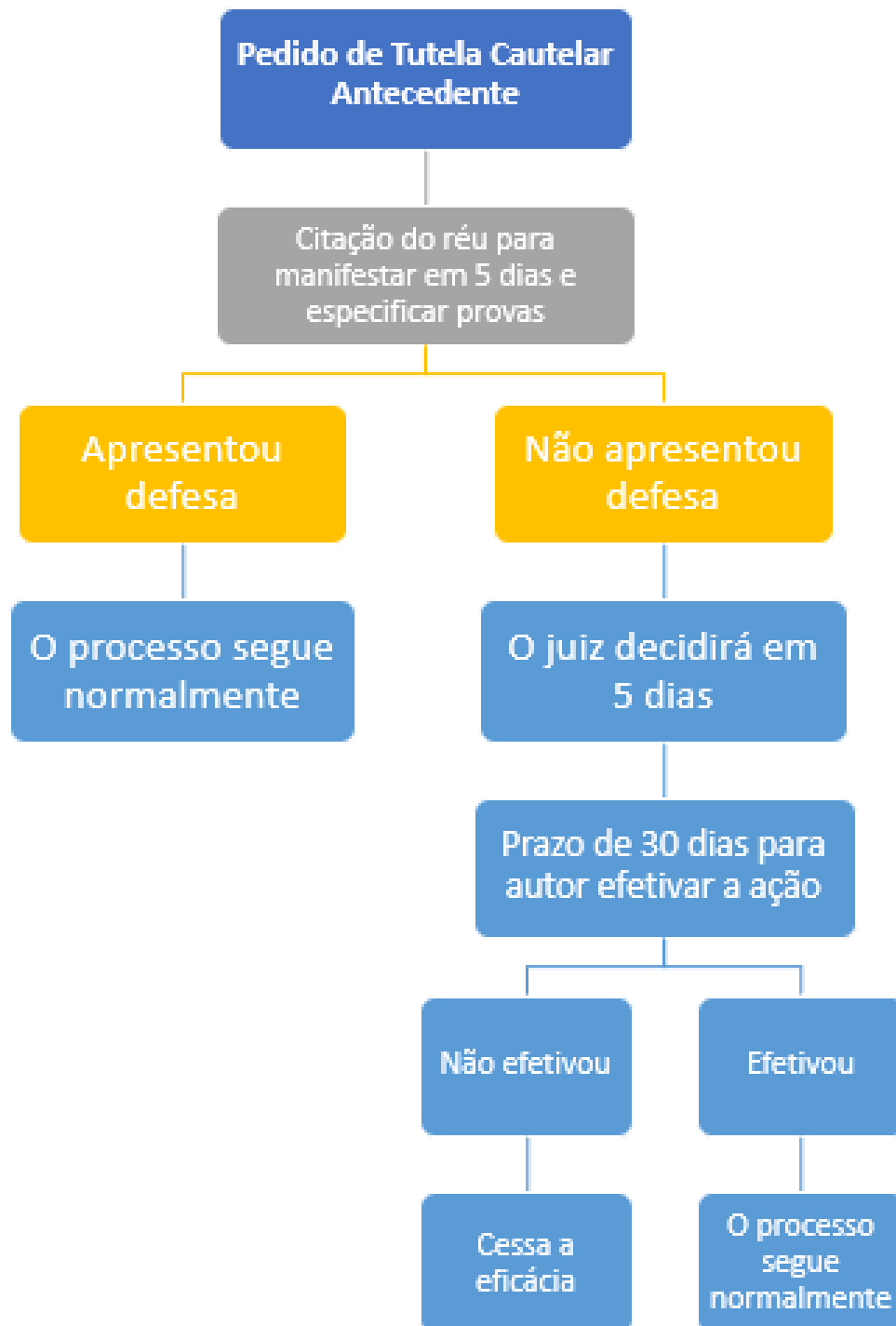
§ 6º A **decisão que concede a tutela não fará coisa julgada**, mas a estabilidade dos respectivos efeitos **só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar**, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo.

- A **TUTELA CAUTELAR** também pode ser requerida em caráter **ANTECEDENTE**, observando a petição inicial o disposto no **artigo 305, CPC**:

<b>A PETIÇÃO INICIAL DA TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE</b>	A petição inicial precisará indicar a lide e o seu fundamento
	É necessário expor o direito que se pretende assegurar
	Necessário justificar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).



ESCLARECENDO!



## DA TUTELA DE EVIDÊNCIA

- A **TUTELA DE EVIDÊNCIA** está disciplinada no **artigo 311, CPC** e se relaciona àquelas situações em que **o direito da parte se revela em grau elevado, tornando-o "evidente"** e, por isso, não se exige a demonstração do *periculum in mora* (urgência):

**Art. 311.** A tutela da evidência será concedida, **independentemente** da demonstração de **perigo de dano** ou de **risco ao resultado útil do processo**, quando:

**I** - Ficar caracterizado o **abuso do direito de defesa** ou o **manifesto propósito protelatório da parte**;

**II** - As **alegações de fato** puderem ser **comprovadas apenas documentalmente** e houver **tese firmada em julgamento de casos repetitivos** ou em **súmula vinculante**;

**III** - Se tratar de pedido reipersecutório fundado em **prova documental adequada do contrato de depósito**, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

**IV** - A petição inicial for instruída com **prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor**, a que o **réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável**.

**Parágrafo único.** Nas hipóteses dos incisos **II** e **III**, o juiz poderá decidir liminarmente.





#### REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA

- ✓ Abuso do direito de defesa ou manifesto ato protelatório da parte
- ✓ Alegações de fato comprovadas com documentos E tese firmada em recursos repetitivos OU súmula vinculante
- ✓ Ação de depósito na qual aquele que está com o bem não o entrega, na forma e nos prazos devidos
- ✓ Petição instruída com documentos suficientes para provar os fatos alegados e contra os quais o réu não consegue opor dúvida razoável

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(2022 - INSTITUTO AOCP - AGESAN-RS) Luiz propôs uma ação pelo procedimento comum, requerendo a declaração de inexistência de débito, em face da empresa Beta, na qual requereu uma tutela provisória de retirada de seu nome dos cadastros de inadimplência, o qual foi deferida no início do processo e confirmada na sentença que julgou procedentes os seus pedidos. A empresa Beta, inconformada com a sentença, irá interpor recurso de apelação. Quanto aos efeitos do recurso a ser interposto pela empresa Beta, com base na situação hipotética apresentada e no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso, independentemente de requerimento, terá os efeitos devolutivo e suspensivo, e a sentença não produzirá nenhum efeito até o julgamento do recurso, inclusive quanto à tutela provisória.
- B) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.
- C) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Juiz de primeiro grau, mediante demonstração dos requisitos legais.
- D) O recurso não terá nem o efeito devolutivo, nem o efeito suspensivo, e estes deverão ser requeridos ao Tribunal, ao relator ou ao Juiz de primeiro grau.
- E) O recurso terá o efeito devolutivo e o efeito suspensivo; este último, contudo, não abrangerá a tutela provisória, podendo a apelante, quanto à tutela provisória, requerer o efeito suspensivo ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.

### Comentários

E) **Certo.** É o que se extrai da análise dos seguintes dispositivos do CPC/15. Veja:

Art. 1.009. Da sentença cabe apelação.

Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.



§ 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;

VI - decreta a interdição.

§ 4º Nas hipóteses do § 1º, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

**Gabarito: "E".**

**2.(2022 - INSTITUTO AOCP - AGESAN-RS) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Considerando o que o Código de Processo Civil dispõe a respeito da tutela provisória, assinale a alternativa correta.**

A) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz deve exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

B) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se, obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 10 (dez) dias.

C) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

D) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 15 (quinze) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

E) Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente se não for efetivada dentro de 15 (quinze) dias.

### Comentários

A) **Errado.** Diferentemente do a legado, o juiz não "deve", mas "pode" exigir caução real ou fidejussória idônea. Observe:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa



vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

B) **Errado.** O prazo citado é de 5 dias, por força do art. 302, II, do NCPC:

Art. 302. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se:

II - obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias;

C) **Certo.** Literalidade do art. 303 do CPC/15:

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

D) **Errado.** No presente caso, o prazo é de 5 dias.

Art. 303. (...)

§ 6º Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

E) **Errado.** Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente se não for efetivada dentro de 30 dias. Veja:

Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se:

II - não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;

**Gabarito: "C".**

**3.(2021 - INSTITUTO AOCP – SANESUL) Sobre Tutela Provisória, com fundamento nas previsões do Código de Processo Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

( ) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, podendo a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

( ) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente se, dentre outros casos, não for efetivada no prazo de quinze dias.

( ) A tutela da evidência será concedida, desde que demonstrado o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nas hipóteses previstas na lei.



( ) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

A) V – F – V – V.

B) V – F – F – V.

C) F – V – V – F.

D) F – V – F – F.

E) F – F – V – V.

### Comentários

I. **Verdadeiro.** Nos termos do art. 294, parágrafo único, do NCPC:

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

II. **Falso.** O prazo é de 30 dias, conforme art. 309, II, do CPC/15:

Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se:

II - não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;

III. **Falso.** Em desacordo com o que diz o art. 311 do NCPC:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

IV. **Verdadeiro.** De acordo com o que prescreve o art. 303 do CPC/15:

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

**Gabarito: "B".**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. Em mandado de segurança ajuizado contra ato de Presidente de Comissão de licitação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, foi reconhecido pelo Juiz a inexistência de prova pré-constituída do direito líquido e certo. Em recurso, o impetrante reclama o desrespeito ao devido processo legal e a existência de decisão surpresa, razão pela qual pede a nulidade do ato.

Questionamentos:

- a. Há defeito processual que viola o devido processo legal?
- b. Há alguma diferenciação ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa, ou toda e qualquer matéria será assim considerada?

---

2. Recurso apresentado por empresa de telefonia contra a sentença prolatada que, nos autos da "ação civil pública" ajuizada pelo Ministério Público julgou procedente o pedido inicial.

Suscitou preliminar de nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração. Disse que houve cerceamento do seu direito de defesa, uma vez que não foi intimada acerca do possível efeito infringente. Salientou que a decisão lhe foi prejudicial: antes havia sido condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 por cada usuário, limitado até R\$ 1.000.000,00. E com o acolhimento dos aclaratórios passou a ser condenada diretamente ao importe de um milhão de reais.

Questionamentos:

- a) Qual a modalidade de violação ocorrida com a falta de intimação?
- b) Há condições de superação da invalidade?

---

3. A autora ajuizou ação indenizatória contra a Secretaria Estadual da Saúde pleiteando indenização por danos morais. Em resposta, a ré arguiu, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva ad causam sob o fundamento de que não possui personalidade jurídica. Quanto ao mérito, requereu a improcedência do pedido. Na sequência, autos conclusos.

Questionamentos:



- a) Qual a modalidade de violação que ocorreu na espécie?
- b) Há possibilidade de superação do defeito processual? Justifique apontando os motivos da resposta.

## Perguntas com respostas

1. Em mandado de segurança ajuizado contra ato de Presidente de Comissão de licitação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, foi reconhecido pelo Juiz a inexistência de prova pré-constituída do direito líquido e certo. Em recurso, o impetrante reclama o desrespeito ao devido processo legal e a existência de decisão surpresa, razão pela qual pede a nulidade do ato.

Questionamentos:

a) Há defeito processual que viola o devido processo legal?

O art. 10 do CPC/2015 estabelece que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Trata-se de proibição de decisão surpresa, também conhecida como decisão de terceira via, contra julgado que rompe com o modelo de processo cooperativo instituído pelo Código de 2015 para trazer questão aventada pelo juízo e não ventilada nem pelo autor nem pelo réu.

Com a edição do novo Código de Processo Civil, somente argumentos e fundamentos submetidos à manifestação prévia das partes podem ser aplicados pelo julgador, salvo as exceções previstas no artigo 9º desse diploma legal.

O novo sistema processual impôs aos julgadores e partes um procedimento de permanente diálogo, em que a colaboração dos sujeitos processuais na formação da decisão jurisdicional é base de toda a nova sistemática vigente.

A proibição de decisão surpresa, com obediência ao princípio do contraditório, assegura às partes o direito de serem ouvidas de maneira antecipada sobre todas as questões relevantes do processo, ainda que passíveis de conhecimento de ofício pelo magistrado.

Especificamente sobre o caso apresentado, em um primeiro posicionamento, sob a ótica do artigo 9º do Código de Processo Civil, que dispõe que “não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”, parece que seria necessária a intimação do Impetrante para que a parte tivesse a oportunidade de se manifestar especificamente no tocante a prova pré-constituída.





Essa ideia parece ser reforçada ainda mais pelo artigo 10 do NCPC, o qual traz o conceito de não surpresa:

**Art. 10.** O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Por outro lado, sobre esse artigo já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça (STJ):

O “fundamento” ao qual se refere o **art. 10 do CPC/2015** é o fundamento jurídico - circunstância de fato qualificada pelo direito, em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, mesmo que superveniente ao ajuizamento da ação - não se confundindo com o fundamento legal (dispositivo de lei regente da matéria). A aplicação do princípio da não surpresa não impõe, portanto, ao julgador que informe previamente às partes quais os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa. O conhecimento geral da lei é presunção jure et de jure (STJ. AgInt no AREsp 978277. Quarta Turma, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgamento em 15/03/2018).

Assim, pautando-se no entendimento do STJ, se no caso em questão não houve qualquer tentativa de prova pré-constituída, ou seja, ausência de envio de qualquer documento passível de interpretação de prova pré-constituída, não haveria necessidade de o Juiz intimar previamente a parte de que aplicará os dispositivos legais, pois são de conhecimento geral.

Ou seja, a impetração do Mandado de Segurança, como outras ações, segue determinado procedimento, estabelecido em lei. Caso a parte não se desincumba de seu ônus, isto é, não apresente as provas no momento oportuno, ocorrerá preclusão.

O fato de as partes não se desincumbirem adequadamente de exercitar o contraditório e os ônus a ele inerentes, não infirma tal princípio. O processo tem um procedimento estabelecido na lei e um tempo de duração, que não volta atrás, com fases preclusivas. A perda de oportunidade pelo decurso do prazo, a falta da produção de prova adequada e mesmo de alegações fundadas, fazem parte das regras do jogo que informam o devido processo legal. O contraditório, nestas situações, não foi executado por vontade das próprias partes, a qual ele poderia aproveitar<sup>1</sup>.

Agora, em outra hipótese, se no caso fossem juntados documentos, porém por alguma questão sanável não foram considerados prova pré-constituída, nesse caso, parece ser exigido a intimação da parte para sua correção. Por exemplo, a parte instrui o pedido com

---

<sup>1</sup> WAMBIER, Tereza Arruda Alvim [et al.]. **Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil**. 3ª ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2016, p. 96.



declaração assinada com firma reconhecida, quando o juízo entende que apenas ata notarial é considerada prova pré-constituída, nesse caso sim há motivo para intimação.

Isso porque, a avaliação de documento juntado como prova pré-constituída ou não é uma circunstância de fato que receberá qualificação. Por outro lado, a não juntada de qualquer documento que possa funcionar como prova, e a conseguinte extinção do processo, trata-se de aplicação de dispositivo processual.

**b) Há alguma diferenciação ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa, ou toda e qualquer matéria será assim considerada?**

Sim, existe diferença a ser feita em relação ao conteúdo da decisão surpresa. Primeiro, caberia analisar se ocorreu qualificação jurídica de fato ou mera aplicação de dispositivo legal, por exemplo se nem sequer há fato a ser analisado (ex. mandado de segurança sem nenhum documento). Ainda, caberia analisar se a decisão tinha sua consequência como inevitável, isto é, se existiu prejuízo a parte ou se mesmo que tivesse sido intimada o resultado não tinha o condão de ser modificado.

Além, relativo também ao conteúdo, há determinada parcela da doutrina compreendendo que quem deve ser intimada obrigatoriamente para realizar manifestação para não caracterizar decisão surpresa é a parte que sofrerá decisão contra suas pretensões, pois prevê o **artigo 9º do NCPC**:

*Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.*

Ou seja, decisão a favor da parte não caracteriza surpresa, pois, quando favorável, não há necessidade de contraditório, sendo prescindível sua intimação para manifestação.

Assim, para caracterizar decisão surpresa deve haver: **1) fato a ser juridicamente qualificado; 2) evitabilidade do resultado; 3) prejuízo a parte que alega decisão surpresa.**

---

**2. Recurso apresentado por empresa de telefonia contra a sentença prolatada que, nos autos da "ação civil pública" ajuizada pelo Ministério Público julgou procedente o pedido inicial.**

Suscitou preliminar de nulidade da decisão que acolheu os embargos de declaração. Disse que houve cerceamento do seu direito de defesa, uma vez que não foi intimada acerca do possível efeito infringente. Salientou que a decisão lhe foi prejudicial: antes havia sido condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 por cada usuário, limitado até R\$ 1.000.000,00. E com o acolhimento dos aclaratórios passou a ser condenada diretamente ao importe de um milhão de reais.

**Questionamentos:**



### a) Qual a modalidade de violação ocorrida com a falta de intimação?

Conforme o Novo Código de Processo Civil, os Embargos de Declaração possuem cabimento no caso de obscuridade, contradição, omissão e erro material. Extrai-se do NCPC:

**Art. 1.022.** *Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:*

*I - Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;*

*II - Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;*

*III - Corrigir erro material.*

O artigo 1.023 do Novo Código de Processo Civil determina a intimação do embargado:

**Art. 1.023** [...]

*§ 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.*

Assim, no presente caso houve violação ao contraditório e do devido processo legal, pois deveriam ter sido aplicadas as normas **dos artigos 1.022 e 1.023 do NCPC**, com a limitação da sentença que julgou os embargos aos casos previstos (obscuridade, contradição, omissão e erro material), bem como deveria ter sido intimada a parte embargada.

### b) Há condições de superação da invalidade?

A ausência de intimação pode ser superada em alguns casos específicos. No caso de julgamento negativo, quando o julgador percebe que o recurso não será provido, por admissibilidade ou mérito, a intimação do embargado é dispensada, vez que não haverá prejuízo. Entende ainda o Superior Tribunal de Justiça, que não a nulidade quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material:

*Não se configura cerceamento de defesa ou afronta aos princípios do contraditório e do devido processo legal a ausência de intimação da parte adversa, quando os embargos de declaração são acolhidos para mera correção de erro material, sem que haja fato novo trazido unilateralmente pela parte contrária<sup>2</sup>.*

Assim, nesses casos não haveria nulidade pela falta de intimação, uma vez que não há qualquer prejuízo.

---

<sup>2</sup> STJ - REsp: 1524271 RS 2015/0072824-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Publicação: DJ 30/04/2018.



3. A autora ajuizou ação indenizatória contra a Secretaria Estadual da Saúde pleiteando indenização por danos morais. Em resposta, a ré arguiu, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva ad causam sob o fundamento de que não possui personalidade jurídica. Quanto ao mérito, requereu a improcedência do pedido. Na sequência, autos conclusos.

#### Questionamentos:

##### a) Qual a modalidade de violação que ocorreu na espécie?

Entende-se que a ausência de capacidade processual para ser parte, ou o que também é chamado por capacidade judiciária de uma das partes para figurar no polo do processo implicaria violação aos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

Nesse sentido, lecionam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery: "A capacidade das partes e a regularidade de sua representação judicial são pressupostos processuais de validade. A falta desses pressupostos acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito (CPC 267 IV)"<sup>3</sup>.

##### b) Há possibilidade de superação do defeito processual? Justifique apontando os motivos da resposta.

Nos termos do **art. 338 do CPC**, diante da alegação de ilegitimidade passiva do réu, o juiz facultará ao autor a alteração da petição inicial para substituição do réu.

Ainda que o dispositivo mencionado trate especificamente da questão da ilegitimidade, e, no caso concreto, entende-se estar diante de um pressuposto de constituição e validade do processo, o conjunto de princípios do atual código de processual permitiria a sua aplicação por analogia.

Isso porque o CPC de 2015 trouxe previsão expressa do que é chamado de "princípio da primazia do julgamento de mérito" conforme texto do **art. 4º**: "As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa".

Assim, visando a concretizar o princípio da primazia do julgamento de mérito, o **artigo 139, incisos VI e IX**, dispõe ser dever do juiz conferir efetividade à tutela de direitos e "determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais".

---

<sup>3</sup> In TJSC, AC n. 2008.046505-9, rel. Des. Gerson Cherem II, j. 30.10.14.



O **Artigo 76, do novo CPC**, por seu turno, observando tal princípio dispõe que, verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Por força do § 2º do mencionado artigo, a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte poderá ser sanada até mesmo na fase recursal, inclusive nos Tribunais Superiores.

Nesse sentido, é oportuno observar que o **artigo 352 do Novo CPC** versa que “verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 30 (trinta) dias”.

Da mesma forma, em homenagem ao princípio em questão, o **artigo 485, § 7º**, aduz que interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos desse artigo, o Juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.

Portanto, por força do princípio da primazia do julgamento de mérito, o Juiz poderá retratar-se em todas as hipóteses de extinção da ação sem resolução de mérito previstas nos incisos **do artigo 485, do novo Código Processual**.

## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(2022 - INSTITUTO AOCP - AGESAN-RS) Luiz propôs uma ação pelo procedimento comum, requerendo a declaração de inexistência de débito, em face da empresa Beta, na qual requereu uma tutela provisória de retirada de seu nome dos cadastros de inadimplência, o qual foi deferida no início do processo e confirmada na sentença que julgou procedentes os seus pedidos. A empresa Beta, inconformada com a sentença, irá interpor recurso de apelação. Quanto aos efeitos do recurso a ser interposto pela empresa Beta, com base na situação hipotética apresentada e no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso, independentemente de requerimento, terá os efeitos devolutivo e suspensivo, e a sentença não produzirá nenhum efeito até o julgamento do recurso, inclusive quanto à tutela provisória.
- B) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.
- C) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Juiz de primeiro grau, mediante demonstração dos requisitos legais.
- D) O recurso não terá nem o efeito devolutivo, nem o efeito suspensivo, e estes deverão ser requeridos ao Tribunal, ao relator ou ao Juiz de primeiro grau.
- E) O recurso terá o efeito devolutivo e o efeito suspensivo; este último, contudo, não abrangerá a tutela provisória, podendo a apelante, quanto à tutela provisória, requerer o efeito suspensivo ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.



## Comentários

E) **Certo**. É o que se extrai da análise dos seguintes dispositivos do CPC/15. Veja:

Art. 1.009. Da sentença cabe apelação.

Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.

§ 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;

VI - decreta a interdição.

§ 4º Nas hipóteses do § 1º, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

**Gabarito: "E".**

**2.(2022 - INSTITUTO AOCP - AGESAN-RS) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Considerando o que o Código de Processo Civil dispõe a respeito da tutela provisória, assinale a alternativa correta.**

A) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz deve exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

B) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se, obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 10 (dez) dias.

C) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

D) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 15 (quinze) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

E) Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente se não for efetivada dentro de 15 (quinze) dias.

## Comentários

A) **Errado**. Diferentemente do a legado, o juiz não "deve", mas "pode" exigir caução real ou fidejussória idônea. Observe:





Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

B) **Errado.** O prazo citado é de 5 dias, por força do art. 302, II, do NCPC:

Art. 302. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se:

II - obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias;

C) **Certo.** Literalidade do art. 303 do CPC/15:

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

D) **Errado.** No presente caso, o prazo é de 5 dias.

Art. 303. (...)

§ 6º Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

E) **Errado.** Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente se não for efetivada dentro de 30 dias. Veja:

Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se:

II - não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;

**Gabarito: "C".**

**3.(2021 - INSTITUTO AOCP – SANESUL) Sobre Tutela Provisória, com fundamento nas previsões do Código de Processo Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

( ) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, podendo a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, ser concedida em caráter antecedente ou incidental.



( ) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente se, dentre outros casos, não for efetivada no prazo de quinze dias.

( ) A tutela da evidência será concedida, desde que demonstrado o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nas hipóteses previstas na lei.

( ) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

A) V – F – V – V.

B) V – F – F – V.

C) F – V – V – F.

D) F – V – F – F.

E) F – F – V – V.

### Comentários

I. **Verdadeiro.** Nos termos do art. 294, parágrafo único, do NCPC:

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

II. **Falso.** O prazo é de 30 dias, conforme art. 309, II, do CPC/15:

Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se:

II - não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;

III. **Falso.** Em desacordo com o que diz o art. 311 do NCPC:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

IV. **Verdadeiro.** De acordo com o que prescreve o art. 303 do CPC/15:

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

**Gabarito: "B".**



## Gabarito



1. E
2. C
3. B



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.